

locadas para a classificação do estilo de Camus em *L'Étranger*", inclusive na aguda observação de Sartre de que o escritor não mais utilizaria o recurso técnico empregado na obra, creio que é de importância considerar que tais coisas não sucedem por influência, essencial, da *frase curta* de Hemingway, mas sem dúvida porque o estilo do romance é o estilo do próprio Meursault, na revolta e no absurdo. Dificilmente, como se sabe, poderíamos racionalizar, numa justificação, os atos do herói do romance através da missão de juízos particulares. Cairíamos no preconceito, no pré-juízo. Do mesmo modo é preciso entender o estilo desta obra como uma criação do personagem até o ponto em que se possa compreender a ficção debaixo de uma nova ordem de entendimento. Para Sartre "O Estrangeiro" é uma folha "da vida do próprio Camus". E no entanto temos de considerar esta vida desentranhada, desenraizada, substituída por uma outra carne, desalojada pela criação realmente autônoma. O absurdo, há de se dizer, é querer imaginar o estilo do personagem desligado do estilo do autor. E a resposta seria, sem disfarce, o texto do romance de Camus e mais o texto do *Mito de Sísifo*. O personagem não é um esquema de um ensaio filosófico, como se pretende. Antes devemos vê-lo como uma entidade, agitando-se no seu destino, aceitando-o pela consciência e pela revolta. O mundo que a frase de Meursault reconstitui a partir do presente não mais se repete. É irreversível tal qual o estilo do narrador. As coisas não poderão mais suceder, e poderiam ter acontecido de outra forma. Houve um sol, que permanece; uma praia, que permanece; um tribunal, que permanece; um amigo, uma mulher, céus, estrêlas, que permanecem. A irreversibilidade decorre das situações. A vida de Meursault não permanece. Foi a sua vitória e a sua derrota. O mundo continuará como uma indiferente testemunha. A condenação também é uma permanência. E no entanto tudo que se consumou poderia ter sido ontem ou hoje, pouco importa. Ser queimado nos infernos é melhor que desaparecer. Lembremo-nos: É preciso imaginar Sísifo feliz... A linguagem de Meursault é a sua aflição e a sua felicidade. Fora do mundo em que ele viveu não tem sentido. Não voltará. Não precisou de modelos. De certa forma dispensou, até, e conceda-se coerência a uma idéia ilógica, a mão do próprio criador.

Estrutura Fundiária e Sistemas Agrícolas no Estado do Maranhão (Brasil) (*)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — Introdução

O Brasil, país de dimensões continentais (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e com população superior a 80 milhões de habitantes, apresenta uma grande diversificação regional, quer quanto aos aspectos qualitativos, quer quanto aos quantitativos. Assim, há uma grande variação entre os níveis de desenvolvimento entre as várias regiões do país. O Maranhão é um dos 22 Estados da Federação; localizado em região subdesenvolvida, entre o Nordeste e a Amazônia, o seu território se acha na área de jurisdição de duas grandes agências de desenvolvimento: a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Possuindo mais de 300.000km² apresenta uma baixa densidade demográfica — cerca de 10 hab/km² — constituindo-se uma área de grande atração para a migração interna, apesar de suas condições climáticas e edáficas pouco favoráveis.

(*) Este artigo será publicado também em espanhol, na Revista Mexicana de Sociologia.

O ensaio que segue constitui uma análise das estruturas dominantes no meio rural maranhense, fornecendo dados indispensáveis à programação de uma política de desenvolvimento da economia agrária do mesmo, com a consequente elevação dos padrões de vida no meio rural. Documenta certamente um período de transição.

2 — *O latifúndio e o sub-aproveitamento da terra: dificuldades de estudos — estabelecimentos e propriedades*

Há uma grande dificuldade em se estudar no Brasil o problema fundiário, de vez que os nossos recenseamentos agrícolas tomam por unidade o estabelecimento e não a propriedade. Sendo o estabelecimento a unidade de exploração representada tanto pelas grandes fazendas como pelos sítios e pelas roças humildes dos arrendatários e parceiros, eleva consideravelmente o número de pequenas unidades de produção, diminuindo muito o das grandes. Em certas áreas o grande proprietário costuma não explorar diretamente a sua propriedade, dedicando grande parte da mesma à criação extensiva de gado, arrendando ou entregando a parceiros pequenas parcelas para que eles as cultivem com roças⁽¹⁾. Isso provoca uma multiplicação do número de estabelecimentos, fazendo com que uma só propriedade se transforme em dezenas de pequenos estabelecimentos. Este fato contribui para que pessoas menos avisadas ao analisarem os resultados dos centros agrícolas, atribuam maior importância à pequena propriedade — confundindo propriedade com estabelecimento — na conjuntura agrária brasileira, o que leva a afirmativas de que há grandes áreas de domínio do minifúndio no Brasil. Infelizmente não podemos analisar o problema fundiário no Brasil, tomando como unidade a propriedade e não o estabelecimento. Em nosso país só recentemente se fez um levantamento das propriedades existentes, não tendo ainda os resultados sido totalmente divulgados. Baseado porém em declarações de proprietários, feitas para efeito de cobrança de impostos, devem as mesmas ser olhadas com certa reserva.

(1) Chama-se *roça* no Brasil à pequena exploração agrícola feita pelo agricultor pobre, visando o auto-abastecimento.

Interessante seria que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) fizesse pesquisas para apurar a forma de distribuição da propriedade a fim de que pudéssemos dispor de dados que teriam grande importância para o levantamento da problemática agrária brasileira e seriam uma valiosa contribuição para a esquematização de medidas de reforma agrária que estão por vir; pesquisas que juntamente com o levantamento dos tipos de relações de trabalho no campo e comercialização dos produtos das pequenas lavouras, são indispensáveis ao conhecimento da realidade brasileira e ao planejamento da referida reforma.

3 — *A estrutura fundiária no Maranhão — latifúndios e minifúndios.*

Como não dispomos de dados sobre propriedade, faremos a análise da estrutura fundiária tomando como unidade o estabelecimento. Torna-se difícil classificar os estabelecimentos de todo o Estado em três categorias — grandes, médios e pequenos — levando em consideração apenas o número de hectares dos mesmos. Isto porque a rentabilidade de cada estabelecimento dependerá da sua localização, da densidade de população na área em que se localiza, da distância dos centros urbanos e das vias de escoamento e dos tipos de solos de que dispõem. Assim, por exemplo, dois estabelecimentos com a mesma extensão, localizados, um na Baixada e o outro no Alto Sertão, é claro que o primeiro dará maior renda e terá uma importância bem superior.

Para melhor compreendermos o problema fundiário no Maranhão é interessante analisarmos os dados que se seguem. Em 1960, o recenseamento constatou existir em todo o Estado um total de 261.961 estabelecimentos ocupando uma área de 8.459.935 hectares, dos quais apenas 1.169.940 hectares eram cultivados. Vê-se, assim, a grande quantidade de terras devolutas, ainda não apropriadas, existente no Estado, de vez que com uma superfície de 332.147 quilômetros quadrados, dispõe o mesmo de mais de trinta e três milhões e quatrocentos

tos mil hectares (2). Assim, a área apropriada corresponde a menos de um quarto da extensão do Estado. Mais estranho ainda é que a área ocupada pelas lavouras permanentes e temporárias equivale apenas a um milhão e quinhentos mil hectares, ou seja, um quarto da área apropriada. Daí observar-se a pequena importância que tem a agricultura maranhense frente a outras atividades como a pecuária e o extrativismo vegetal. Isto, apesar do vertiginoso crescimento da população e da área ocupada pelas lavouras nos últimos dez anos, no período compreendido entre os recenseamentos de 1950 e 1960, quando se elevaram, respectivamente, de 1.583.248 para .. 2.492.139 habitantes e de 999.152 para 1.500.638 hectares.

Quanto à situação fundiária, como se pode observar na Tabela abaixo, assinala-se uma elevada quantidade de pequenos estabelecimentos que ocupam área restrita, ao lado de um pequeno número de grandes estabelecimentos que ocupam quase toda a área apropriada do Estado. É o mesmo drama do todo nacional, exceção feita dos três Estados do extremo Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e de algumas zonas do Espírito Santo (3); a propriedade é extremamente mal dividida, possibilitando a existência do latifúndio e do minifúndio e a conservação, por este, de um contingente de mão de obra muito pobre que nas ocasiões de maior intensidade de trabalho é aproveitada e explorada por aquele. A situação se agrava ainda mais porque, em geral, o pequeno estabelecimento dificilmente corresponde à pequena propriedade e, em consequência, o chefe desta exploração é um morador, um dependente do grande proprietário.

Distribuindo-se os estabelecimentos, conforme a sua extensão, em cinco grupos, observamos como eles se encontram no todo estadual.

(2) Acreditamos haver erro quanto ao número de hectares da área total, de vez que, em 1950, esta era superior a 9 milhões de hectares. O Serviço Nacional de Recenseamento procura apurar agora a veracidade das declarações feitas em 1950.

(3) PRADO JÚNIOR, CAIO. Considerações para a análise da Questão Agrária no Brasil, em Revista Brasiliense, n.º 28 pág. 182-83 — São Paulo 1960.

TABELA I

Distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Maranhão

TIPOS	Número Total	Per- centagem	Área (N.º) Total	Per- centagem
A — De menos de 10 ha.	224.983	85,88	509.918	6,03
B — De 10 a 100 ha.	19.643	7,50	650.003	7,68
C — De 100 a 1.000 ha.	10.163	3,88	3.174.707	37,53
D — De 1.000 a 10.000 ha.	1.490	0,57	3.351.581	39,61
E — De mais de 10.000 ha.	48	0,02	773.726	9,15

Da análise da tabela acima observa-se que os estabelecimentos de menos de 10 hectares, que podem ser considerados como minifúndios, constituem mais de 85% do total, quase 9/10 do mesmo, mas ocupam uma área um pouco superior a um vigésimo do total. Um observador mais apressado vendo a grande percentagem dos mesmos poderia concluir e, pior ainda, afirmar que no Maranhão não existe problema fundiário, de vez que as grandes propriedades são tão pouco numerosas que se perdem no meio dos minifúndios. Não veria que ocupando quase toda a área e sendo a maioria dos minifundiários, arrendatários ou parceiros que lavram terras alheias, constituem os mesmos estabelecimentos apenas os garantidores da permanência no local de uma mão de obra barata e pouco exigente que é usada pelo latifúndio nas horas em que este necessita de trabalhadores. Poderíamos dizer, assim, que o minifúndio é indispensável ao latifúndio, que o complementa, permitindo que se prolongue a sua existência.

Os estabelecimentos do tipo B que podem ser considerados pequenos nas áreas mais longínquas, nos sertões distantes dos centros urbanos e rodovias, e médios nas áreas mais povoadas e próximas a São Luís, Caxias ou Bacabal, correspondem a menos de um décimo dos estabelecimentos e ocupam uma área equivalente. Há, neste caso, um equilíbrio entre o número de estabelecimentos e a área por eles ocupada.

Nos estabelecimentos do tipo C, que podem nas mais das vezes ser considerados como grandes, este equilíbrio se rompe novamente, de vez que correspondem a quase 4% do total e ocupam área considerável, superior a um terço do total.

Os grandes estabelecimentos dos tipos D e E, de mais de mil hectares e que podem em qualquer situação ser considerados como latifúndios, constituem menos de um por cento do total e ocupam quase a metade da área. Assim, cerca de 1538 estabelecimentos ocupam quase metade do total da superfície apropriada, apresentando uma concentração fundiária típica dos países e das regiões subdesenvolvidas.

Entre estes existem 48 estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, estendendo-se como autênticos principados por áreas imensas e dando aos seus proprietários um grande poder sobre pessoas e coisas que nêle existem; estranhável porém é que esses estabelecimentos não se acham apenas nos sertões mais distantes, mas até em áreas próximas à capital. Assim, 7 dêles se localizam na Baixada — 4 em Anajatuba e 3 em Rosário —, 1 no Baixo Mearim — em Vitória do Mearim, 5 no Baixo Parnaíba — 2 em Brejo, 2 em Chapadinha e 1 em Urbano Santos — e 9 no próprio município de Caxias.

Se fizermos um estudo comparativo entre os resultados do censo de 1960 e os de 1950, veremos como é falsa a idéia de que a sucessão hereditária pode contribuir para uma melhor distribuição da propriedade no Brasil. Chegaremos, ao contrário, à conclusão de que o latifúndio é cada vez mais reforçado, ao invés de tender a diminuir sua extensão e importância.

No caso do Maranhão, por exemplo, em que a população cresceu assustadoramente neste período (57,4%) e em que grande parte dos imigrantes eram agricultores, o número de estabelecimentos se elevou consideravelmente, mas, de um modo geral, os latifúndios permaneceram intactos. Assim, os minifúndios do tipo A se multiplicaram três vezes, enquanto que os pequenos estabelecimentos do tipo B duplicaram, os médios do tipo C tiveram um crescimento um pouco superior a 20%, havendo uma pequena diminuição para os grandes. Se fizermos um cálculo

para apurar o tamanho médio dos estabelecimentos em cada uma destas categorias nos dois recenseamentos, veremos que tanto as pequenas como as grandes tiveram suas dimensões médias ligeiramente diminuídas, como se pode verificar na Tabela N.º II.

TABELA II

Tamanho médio das propriedades das cinco categorias

Tipos de propriedade	Extensão Média em 1950	Extensão Média em 1960
A	2,5	2,3
B	38,7	33,2
C	354,4	312,3
D	22.441,8	2.219,2
E	21.724,7	16.119,2

Observa-se mesmo uma ampliação da área ocupada pelo tipo A, que passou praticamente a ocupar 6% da área contra 2% em 1950 das do tipo B que se elevou de 3,5% para 7,5% e das do tipo C que se elevou de 32,5% para 37,5%, enquanto as do tipo D caíram de 46 para 39,5% e das do tipo E de mais de 15,5% para apenas 9%. Não devemos esquecer, porém, o caráter da unidade escolhida pelo IBGE — estabelecimentos em vez de propriedades — e que muitos dos pequenos estabelecimentos não formam propriedades, são, ao contrário, sítios, explorações de caboclos dentro das grandes. Essas explorações se multiplicaram consideravelmente devido ao fato de ser o Maranhão um Estado onde domina um clima úmido e, apesar da pobreza de seus solos, se presta de modo razoável à atividade agrícola. A afluência de grande número de agricultores oriundos das zonas secas do Nordeste faz com que grandes extensões de matas sejam destruídas e substituídas por roçados. O aumento da população e o desbravamento de áreas novas é que provocam a impressão de haver maior divisão, uma tendência

ao desmembramento da propriedade. Grande parte dos estabelecimentos resulta, assim, da conquista da área florestal, do desbravamento de regiões antes despovoadas. Tanto isto é verdade que a multiplicação dos estabelecimentos foi maior naquelas áreas onde se localizam as frentes pioneiras, como o Baixo e Alto Parnaíba, a zona do Pindaré, a do Itapecuru e o Alto Mearim. O maior crescimento se deu no município de Pindaré-Mirim, por onde passa o eixo da penetração nordestina que se dirige para Alto Turi, onde, em 10 anos, o número de estabelecimentos se elevou de 1.475 para 12.012 e a área ocupada passou de 3.306 ha. para 38.681 ha.

Embora o Alto Sertão, as zonas do interior e a bacia do Itapecuru apresentem maior quantidade de grandes estabelecimentos, o Maranhão não apresenta, salvo na zona de Pindaré que compreende apenas os municípios de Pindaré-Mirim e Monção, áreas onde haja uma grande concentração de pequenas propriedades, como ocorre no Agreste pernambucano⁽⁴⁾, na região de Ubá em Minas Gerais⁽⁵⁾, e em certas zonas do Espírito Santo e de Santa Catarina⁽⁶⁾. Não existe ainda aí uma mentalidade camponesa em que pequenos proprietários criam apêgo aos seus lotes de terra e procuram tirar do mesmo o seu sustento, produzindo subsidiariamente para o mercado. Esta mentalidade, aliás, é pouco expressiva no Brasil, de vez que a maioria da população rural trabalha no campo, na grande lavoura, mediante salário e por isto as reivindicações salariais são melhor compreendidas pelos trabalhadores urbanos que pelos trabalhadores do campo. No Maranhão, onde a terra é abundante, êsse sentimento camponês, êsse desejo de possuir a terra é mais acentuado nas zonas onde há grande percentagem de nor-

(4) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — A Pecuária no Agreste Pernambucano, pág. 79 e segs. Recife 1961 e Aspectos Geográficos do Abastecimento do Recife, em Problemas do Abastecimento Alimentar no Recife, pág. 227 — Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1962.

(5) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — Aspectos Geográficos da Região de Ubá, pág. 40. Avulso n.º 1, da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1961.

(6) PRADO JÚNIOR, CAIO — Obra citada, pág. 182 e segs.

destinos que aí chegaram fugindo ao domínio do latifúndio que não lhes dá em seus Estados de origem, oportunidade para melhorar as precárias condições de vida e a imigração se lhes apresenta como uma das poucas saídas⁽⁷⁾ para a situação difícil em que se encontram.

O valor da terra no Maranhão é ainda bastante baixo se o compararmos com os Estados mais desenvolvidos do Nordeste. A terra é abundante e de fácil apropriação aos poderosos; as pessoas influentes controlam grandes extensões e conseguem facilmente concessões de terras devolutas pertencentes ao Estado⁽⁸⁾, desalojando quase sempre os povoadores que a conquistaram.

4 — *As implicações econômicas, políticas e sociais do predomínio do latifúndio.*

As cidades ficam, geralmente, a grande distância das propriedades, principalmente se levarmos em conta que, de um modo geral, elas são aglomerados de pequena expressão, muitas vezes sob o controle e influência do grande proprietário. O processo de exploração capitalista e o uso do pagamento de salários em dinheiro ainda não chegaram aí. A autoridade governamental está sempre ou quase sempre ausente e o grande proprietário, o "coronel" como é chamado, a encarna ou a substitui. Sua vontade é lei suprema, todos o obedecem sob pena de perseguições ou castigos corporais; a política, salvo em obediência a ordens do proprietário, não penetra em suas terras para impor a lei e a ordem. Criminosos aí se refugiam e quando obtêm a proteção do "coronel" estão isentos do cumprimento da lei penal. Passam, ao contrário, a formar o séquito de "capangas" que o "coronel" tem em sua propriedade e que o ajudará na defesa ou na luta contra inimigos. Eliminará por uma simples ordem quem o "coronel" apontar ou aquele que ousar desobedecer ao mesmo. Amedrontará os agricultores que desbravarem terras devolutas e almejarem a proprie-

(7) Assunto estudado por RUI FACÓ em Cangaceiros e Fanáticos, págs. 15 a 38. Editora Civilização Bras. — R. de Janeiro, 1958.

(8) VALVERDE, ORLANDO — Geografia Econômica,

dade das mesmas, se esta pretensão coincidir com a do seu protetor.

A propriedade é explorada através da pecuária e de atividades comerciais; nela o "coronel" possui casas comerciais onde os moradores são obrigados a vender o que produzem — amêndoas de babaçu, farinha, arroz, algodão, etc. — e comprar os poucos produtos originários da cidade. Do mecanismo dos preços, baixando sempre o dos produtos que compra e elevando o dos que vende, depende o enriquecimento do proprietário. Esta atividade é completada com a criação de gado, feita de forma extensiva e às vezes com a contratação de obras públicas — estradas e edifícios em cidades do interior.

Há, assim, uma sociedade em que o proprietário de terras exerce praticamente poder público e privado; êle não se limita a administrar seus bens, procurando tirar dos mesmos os lucros que compensem o capital e o trabalho empregados. Tem sobre a população que vive em seus domínios verdadeiro poder de polícia. Perdoa criminosos, pune faltas cometidas por seus moradores, regula a vida dos mesmos, controla o comércio, impedindo que comerciantes se estabeleçam em suas propriedades para concorrer com êle e até exerce influências sobre a vida íntima dos seus dependentes, de vez que constrói ou permite a construção das casas dos moradores da forma que ache conveniente, limita a área e estabelece o tipo de cultura que cada um pode fazer.

Êste tipo de sociedade rural é apontado por vários estudiosos e escritores como feudal, devido sobretudo ao exercício, pelo "coronel", de um verdadeiro poder público na propriedade e à existência da prestação pessoal de serviços por parte de moradores. Claro que com isto não se pode admitir haver nesta ou em outras áreas do Brasil, o clássico e institucionalizado feudalismo carolíngio que existiu em toda a sua pureza apenas nas áreas que foram dominadas por Carlos Magno ⁽⁹⁾, mas que tem formas e aspectos semelhantes. Po-

deríamos falar na existência aí, em um passado recente, de um feudalismo *sui generis* ou bastardo, que corresponde à fase de relativa estagnação econômica que o Maranhão atravessou desde a abolição da escravidão até os últimos anos, quando já começa a gozar de relativo florescimento econômico. Florescimento êste que criará as condições necessárias ao surgimento do capitalismo no campo e despedaçará nos próximos anos essas estruturas que representam um passado, em grande parte morto. Ocorrerá aí, certamente, fatos semelhantes aos que hoje se processam nos Estados mais desenvolvidos do Nordeste, onde o cangaceirismo e a impunidade estão desaparecendo, ao mesmo tempo em que se dá o eclipse do coronelismo. Assim, os coronéis que dominavam, faz pouco mais de vinte anos, econômica, social e politicamente, distritos e municípios, vilas e cidades, se vêem pouco a pouco substituídos de sua força e do seu poder. Passam a sentir a existência do poder público, do Governo do Estado, crescendo paulatinamente e chegando até suas fazendas.

Aquela organização sócio-econômica provoca a existência de uma numerosa população rural, pobre, miserável, analfabeta e doente, população que fica à mercê do mais forte e que constitui a mão de obra quase gratuita explorada pelo latifúndio. Como não tem acesso aos representantes do poder público, recorre ao coronel quando necessita de assistência ou proteção. A êle recorre nas ocasiões de fome e de doença, para fazer empréstimos ou pedir remédios, a êle recorria para livrar-se do serviço militar — quando a população rural não era isenta do mesmo —, é êle quem lhe fornece sementes para o cultivo, nêle reconhece o chefe, o homem que o protege, embora pague juros exorbitantes e seja explorada nas relações comerciais. Na profunda ignorância em que vive dificilmente se convence das causas verdadeiras de sua pobreza. Entorpecida pelas doenças, não tendo instrução e não sendo politizada, acredita que não terá oportunidade de melhorar as suas condições econômicas e por isto não demonstra ambição. Mostra-se, na maioria das vezes, conformada com a situação em que se acha e não procura ampliar as suas culturas, porque qualquer contrariedade por parte do coronel pode obrigá-la a abandonar a terra com perda

(9) GANSHOF, F. L. — Que é feudalismo? pág. 13 — Publicações Europa América, Lisboa, 1959.

dos haveres, de vez que os dispositivos do Código Civil de 1916 (arts 1211 a 1215) que protegem o agricultor, ainda não têm aplicação em áreas tão distantes. Daí a insignificância dos seus roçados, onde cultiva apenas o necessário à manutenção e à aquisição dos bens de consumo indispensáveis; daí também a pobreza generalizada e visualizada ao primeiro contato quando chegamos a uma cabana onde não havia móveis e onde as crianças até aos dez anos andavam despidas.

Ao proprietário também pouco interessa a produtividade de suas terras; dispondo de áreas muito amplas e não dispendendo diretamente capitais na cultura das mesmas, sua preocupação com a produção é maior de que com a produtividade. Havendo terras em excesso, não há preocupação com a produção fornecida por cada hectare e se pretende aumentar a mesma é mais fácil e mais cômodo, mais consoante com a rotina dominante, derrubar a mata, as palmeiras ou o cerrado e expandir a área cultivada. Essa expansão é feita nos moldes tradicionais, sem preocupação de técnica; o crescimento horizontal exclui ainda o vertical. O aumento da produção não se liga ao crescimento da produtividade, de vez que há muita terra virgem e descansada por longos anos de pousio a desbravar.

O latifúndio, a prepotência dos coronéis e a mão de obra abundante e quase gratuita são, assim, os responsáveis pelo sub-aproveitamento das terras e pelo baixo índice de produção agrícola. O monopólio da terra por alguns, pelos que dispõem de força e de prestígio, impede o desenvolvimento de uma classe média rural que poderia trazer grande contribuição ao desenvolvimento econômico do Estado. O agricultor, porém, fica sujeito aos interesses do grande proprietário que praticamente limita a área que ele deve cultivar, seleciona, através da atividade comerciais e do poder quase estatal de que dispõe, os tipos de cultura que devem ser feitos e controla, através das limitações de crédito na entre-safra e dos preços por que adquire a produção na safra, o nível de vida e as possibilidades de desenvolvimento econômico do agricultor.

Estas condições constituem o caldo ideal para a manuten-

ção da dependência em que vive a maioria da população e determina a miséria em que a mesma mergulha.

5 — Importância da agricultura maranhense

Apesar da pequena extensão da área ocupada pelas lavouras e do atraso que caracteriza a atividade agrícola, o Maranhão tem na mesma a sua principal fonte de renda, uma vez que o valor da produção extrativa é bem inferior ao da agrícola e a indústria é muito pouco desenvolvida. A pecuária, em que pese ocupar grandes extensões, é também inexpressiva e de pouca rentabilidade.

Produzindo arroz, algodão, milho, mandioca, feijão, cana de açúcar, fumo e mamona, ele não se destaca como um dos três maiores produtores brasileiros de quaisquer destes produtos, sendo a sua produção quase sempre uma pequena percentagem da produção nacional, como se vê na Tabela n.º III.

TABELA III

Comparação entre a produção agrícola do Maranhão e do Brasil

Produtos	Maranhão		Brasil	
	Área cultivada (ha.)	Produção (t.)	Área cultivada (ha.)	Produção (t.)
Arroz	314.350	491.500	3.174.037	5.392.477
Milho	201.288	166.707	6.885.740	9.036.237
Algodão	156.215	58.425	3.223.549	1.818.445
Mandioca	101.571	887.597	1.414.081	18.407.218
Feijão	40.505	26.141	2.580.567	1.744.561
Cana-de-açúcar	19.505	541.674	1.366.640	59.377.397
Fumo	5.736	3.668	227.045	167.028
Mamona	3.767	1.421	283.607	233.783

Vemos que o arroz, seu principal produto agrícola, representa 9,1% da produção nacional, o que corresponde a uma importante parcela da mesma e o torna fornecedor deste pro-

duto que é de qualidade inferior, mas de preço mais baixo que o dos Estados sulinos — aos grandes centros urbanos do Nordeste — Recife e Fortaleza — e do Centro-Sul do país — Rio de Janeiro e São Paulo.

Quanto ao algodão, produto também de grande importância na economia do Maranhão e que deu ao mesmo um período de esplendor, corresponde hoje a apenas 3,2% da produção nacional. A correlação em outros produtos industriais como a cana-de-açúcar (0,9%), o fumo (2,1%) e a mamona..... (0,6%); é profundamente deficitária para o referido Estado.

Quanto aos produtos de subsistência, não são favoráveis as comparações, de vez que a produção maranhense de milho corresponde apenas a 1,8% da produção nacional e a de feijão a 1,4%. A situação muda quanto à mandioca, produto em que o Maranhão contribui com cerca de 4,8% da produção brasileira. Correspondendo o Estado a 3,9% do território nacional e possuindo pouco mais de 3,5% da população do país, seus índices de produção agrícola só são superiores a estes em dois produtos — arroz e mandioca — aproximando-se no de algodão.

Quanto à produtividade, é impressionante a inferioridade do Maranhão em relação à média nacional, como podemos ver na Tabela que se segue:

TABELA IV

Produtividade agrícola no Maranhão e no Brasil

Produto	Produção por hectare (kg.)	
	No Maranhão	No Brasil
Arroz	1.563	1.698
Algodão	374	564
Milho	828	1.312
Mandioca	8.738	13.109
Feijão	645	676
Cana-de-açúcar	27.258	43.447
Fumo	640	735
Mamona	377	852

Vemos que se em alguns produtos a sua produtividade é um pouco inferior à média brasileira, como ocorre com o arroz, o feijão e o fumo, em outros as diferenças são muito elevadas, como se observa com a cana-de-açúcar em que a média por hectare é inferior a 28 toneladas, enquanto a nacional é superior a 43; com a mandioca, em que no Estado se obtém cerca de 8 toneladas por hectare, enquanto a média nacional é superior a 13.

Impressiona também a quem estuda os problemas geoeconômicos do Maranhão, a pequena extensão da área ocupada pelas lavouras temporárias e permanentes, apesar da mesma ter crescido sensivelmente no decênio que decorreu entre os dois recenseamentos, o de 1950 e o de 1960, uma vez que triplicou a sua extensão. Se compararmos, porém, com a área apropriada, veremos que ela representa uma ínfima parcela que corresponde a pouco mais de um décimo de sua extensão, isto é, 13,9%. Esse fato resulta de se interessarem os grandes proprietários muito mais pela pecuária feita em campos naturais do que pela agricultura que é relegada às pessoas pobres, posseiros, meeiros e foreiros. Se quisermos calcular qual a relação existente entre a superfície do Estado e a área total apropriada, veremos como o Maranhão é inaproveitado, pois com uma extensão de 332.147 quilômetros quadrados, tem apropriada pelos seus estabelecimentos agro-pecuários de todos os tipos, menos de 85.000 quilômetros quadrados. Assim, ocupam estes apenas 8.459.935 hectares, ou sejam 25,4% de sua extensão; percentagem de ocupação ainda inferior à do país que em 1960 era superior a 31%.

6 — As principais culturas

Apesar de não haver hoje no Maranhão, como havia no passado, grandes plantações de algodão e de arroz e de ser a lavoura, sobretudo após a abolição da escravatura, feita por sitiantes em pequena escala, observamos, se analisarmos dados estatísticos recentes, que há um crescimento contínuo da produção nas várias culturas aí realizadas.

Quanto às culturas comerciais feitas visando ao mercado de outros Estados, duas se destacam, o arroz e o algodão. É

interessante que de 1953 a 1965, ambas tiveram considerável aumento tanto na expansão da área cultivada como no volume de produção, como se pode observar na Tabela que se segue:

TABELA V

Crescimento da produção agrícola comercial do Maranhão

Ano	Área cultivada (ha.)	Algodão Produção (t.)	Área cultivada (ha.)	Arroz Produção (t.)
1953	72.436	28.470	167.392	201.035
1955	80.637	30.436	204.305	262.760
1957	104.366	37.591	217.363	279.602
1959	116.097	41.339	256.302	372.458
1961	156.215	58.425	314.358	491.500
1963	174.974	69.897	283.081	590.556
1965	150.925	40.687	444.051	615.892

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil — 1956, 1960, 1962 e 1966.

O arroz, apesar de ser de inferior qualidade, graças aos seus preços mais baixos em relação aos obtidos pelo produto dos outros centros do país, ao aumento da classe média e às facilidades de transporte rodoviário, expandiu o seu mercado e tornou-se o principal produto do Estado. É ele, inegavelmente, o grande responsável pelo desbravamento da floresta e pela formação da frente pioneira que vem alargando a fronteira agrícola do país. A introdução de processos agrícolas modernos com a dubação e mecanização, talvez aumentasse a produtividade e criasse uma infra estrutura que favorecesse uma das populações mais miseráveis do país; infra estrutura que deveria ser construída não só materialmente, através da abertura de boas estradas e a construção de pontes sobre os rios que permitissem o tráfego durante todo o ano, como também sócio-econômicas, através da distribuição de crédito bancário a juros módicos e em tempo oportuno aos pequenos produtores, e a criação, através da iniciativa pública, de usinas de beneficiamento de arroz que atendessem ao produtor e se instalasse, por iniciativa pública ou através de cooperativas, uma rede de comerciali-

zação da produção. Dêse modo seriam eliminados os atravessadores, os intermediários que fazem fortunas à custa do esforço dos agricultores.

Quanto ao algodão, observa-se um considerável crescimento da sua produção apesar da crise de que é vítima a indústria têxtil maranhense. Essa indústria é representada por fábricas instaladas na zona de colonização antiga — São Luís e vale do Itapecuru, nas cidades de Codó e de Caxias — desde os fins do século passado e que vem atravessando sérias crises desde o período que seguiu à segunda guerra mundial, não só por não haverem as mesmas se modernizado para concorrer com fábricas de outras áreas, como devido ao esgotamento dos solos maranhenses que forçou o deslocamento das culturas para áreas cada vez mais distantes dos centros fabrís mencionados. Caxias é a grande vítima desta crise, pois possuindo três fábricas no início do século, está hoje com as mesmas paralisadas.

O geógrafo Dirceu Lino de Matos que visitou Caxias em 1950, observou a crise em que se debatia êsse centro têxtil que fôra um dos mais antigos e importantes do país. Naquela ocasião estavam em funcionamento duas fábricas a Sanharó e a União Caxiense, fundadas quando, devido à entrada em larga escala do algodão egípcio no mercado europeu, êste retraiu-se na compra do algodão brasileiro. Compreenderam, então, os capitalistas brasileiros, face à concorrência egípcia, a necessidade de instalar nos centros produtores de algodão ou nas proximidades dos portos de embarque, fábricas que beneficiassem o produto e fornecessem tecidos à população do país em constante crescimento. Assim é que surgiu o centro industrial da importante cidade maranhense. Em 1950, porém, essa indústria se debatia em séria crise, devido a vários fatores, como falta de energia elétrica barata, o que obrigava as fábricas a terem instalações termo-elétricas próprias; mão de obra escassa, inábil e inconstante no trabalho ⁽¹⁰⁾; maquinaria antiga e deficiente que dava baixa produtividade e impedia a competição com as fábricas mais modernas situadas no Sudoeste do país. Havia,

(10) MATOS, DIRCEU LINO — Traços essenciais da Geoeconomia do Vale do Itapecuru em Viagem ao Maranhão, pág. 51.

além disso, falta de capital para proceder ao reequipamento das fábricas e pobreza do mercado consumidor que não suportaria uma elevação substancial no preço do produto, mesmo que essa elevação fôsse acompanhada de uma melhoria sensível na qualidade do mesmo.

Quanto aos produtos alimentícios básicos, houve também um crescimento substancial na produção maranhense nos últimos dez anos, crescimento naturalmente consequente do próprio aumento da população. Infelizmente êste aumento resultou muito mais da ampliação da área cultivada com os três produtos básicos da alimentação da população brasileira, como se pode ver na Tabela VI que se segue, do que do aumento da produtividade. Apenas no que diz respeito ao milho, e ao feijão, esta aumentou de 686 kg. por hectare para 800 e de 571 para 632, respectivamente, no período de 12 anos — de 1953 a 1965. Quanto à mandioca houve da mesma forma um aumento da produção por hectare entre 1953 e 1965, de vez que a produtividade se elevou de 9.607 para 10.877 ha.

TABELA VI

Crescimento da produção agrícola de subsistência do Maranhão

Ano	Milho		Mandioca		Feijão	
	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)
1953	109.916	75.350	56.027	528.674	23.187	13.252
1955	126.789	80.804	64.393	587.922	22.598	12.140
1957	131.249	86.925	66.907	632.210	24.292	13.309
1959	169.056	126.360	75.128	688.457	36.084	21.951
1961	201.288	166.707	101.571	887.597	40.505	26.141
1963	259.418	228.965	107.581	1.200.721	46.482	28.267
1965	276.539	221.454	126.836	1.380.604	49.551	31.359

FONTE:: Anuário Estatístico do Brasil.

Os outros produtos agrícolas têm bem menor expressão do que os cinco antes analisados e representam relativamente pouco para a economia maranhense.

A cana-de-açúcar que foi durante um certo período uma cultura de grande expressão no Estado, hoje é insuficiente para

abastecer o mercado local, havendo necessidade de importar açúcar dos Estados nordestinos. Continua, porém, a ser cultivada na porção Norte-Occidental onde se localizam as pequenas usinas — cêrca de três com turbina e vácuo — e a maioria dos engenhos movidos a vapor e a tração animal. Entre elas, a mais importante, a Aliança, localiza-se no município de Carurupu, no litoral Norte.

A área cultivada é pequena — menos de 525.000 hectares — e as fábricas deixam muito a desejar. Os pequenos engenhos que fabricam ora açúcar mascavo, ora rapadura, ora aguardente, são constituídos por velhas e pequenas moendas de ferro ou de madeira, muitas vêzes com cilindros verticais e movidos por almanjarras puxadas por éguas ou por bois. A pequena expressão da cultura da cana-de-açúcar e a menor ainda do fumo estão bem expressas na Tabela VII, embora se observe que a primeira duplicou a área cultivada e a produção — mantendo assim a baixa produtividade — enquanto a segunda se acha em pleno florescimento, de vez que triplicou em 12 anos tanto quanto à área cultivada como quanto ao volume de produção.

TABELA VII

Crescimento da produção da cana-de-açúcar e do fumo no Maranhão

Ano	Cana-de-Açúcar		Fumo	
	Área cult. (ha.)	Produção (t.)	Área cult. (ha.)	Produção (t.)
1953	10.357	287.749	2.014	1.320
1955	11.896	360.781	2.507	1.373
1957	13.318	406.701	3.048	1.784
1959	17.792	456.180	3.961	2.448
1961	19.505	541.674	5.736	3.668
1963	23.171	636.626	6.610	4.176
1965	23.484	622.062	6.340	4.147

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil.

7 — *Os problemas da agricultura na zona de colonização antiga*

Não encontramos hoje em dia no Maranhão as *plantations* em que o grande proprietário explorava diretamente a terra, empregando o braço assalariado. Aquela unidade de produção em larga escala observada na época da escravidão na cultura do algodão e até após a abolição, no Engenho Central Açucareiro do Pindaré, desapareceu. A grande propriedade continua a dominar, mas a exploração é feita através de pequenos estabelecimentos nela instalados e dela dependentes. Assim, há como que um contraste entre a grande unidade fundiária e a pequena unidade de exploração agrícola.

Uma distinção ainda deve ser feita antes de estudarmos os sistemas agrícolas; essa distinção é de caráter especial entre a área velha, de colonização antiga, de solos empobrecidos e de estrutura fundiária consolidada da Baixada e dos vales do Parnaíba e do Itapecuru e a área nova, pioneira, que ora se coloniza, onde os solos ainda virgens começam a ser explorados, onde a sociedade não é bem estratificada e onde não há uma estrutura fundiária estável, consolidada. Domina aí a luta entre o posseiro que destruiu a mata e conquistou e beneficiou a terra e o grileiro que baseado no poder econômico e na influência política, quer beneficiar-se do trabalho alheio, apossando-se de terras que não conquistou.

Na chamada zona velha, no vale do Itapecuru, a agricultura tem se desenvolvido muito, depois de 1932, quando se intensificou a imigração de nordestinos. Até então, ela tinha menor expressão. Após a última guerra mundial, porém, houve novo incremento migratório de nordestinos para o Maranhão; a terra aí pertence a grandes proprietários que geralmente residem nas cidades, sendo as casas da fazenda muitas vezes cobertas de palha. Raramente possuem títulos seguros de posse e ainda hoje estão a expandir os latifúndios às custas das terras devolutas conquistadas pelos posseiros ou das terras dos índios aos quais perseguem, provocando a reação violenta do mesmos, como a que ocorreu em Monte Alegre no ano de 1901, quando os índios massacraram muitos brancos, entre os quais se encontravam até missionários. Quase sem-

pre, porém, eles só agem assim quando há pressão dos brancos sobre suas terras.

As terras do cerrado não se prestam para a agricultura e os nordestinos procuram as áreas de mata localizadas nos baixios e atingidas de dezembro a maio, na estação das chuvas, por inundações. Estabelecem-se aí, constroem casas que formam os "centros" que são povoados habitados por agricultores e onde quase sempre há uma ou algumas pequenas casas comerciais. O habitat mal começa a se diferenciar porque nas áreas de colonização antiga os caboclos vivem dispersos. Derubam a mata constituída muitas vezes de babaçu e queimam a vegetação depois de seca. A queimada quase sempre atinge uma área muito superior a que pode ser cultivada; feita a queimada, fica o solo coberto de cinzas, cheio de troncos carbonizados e de caules caídos e chamuscados, dificultando a caminhada entre eles. Isso dificultaria a mecanização do plantio, caso se quizesse fazê-la, de vez que o terreno não é destocado e a madeira não é comercializada, ficando perdida no solo a apodrecer. Se a mata é de babaçu, o fogo se desenvolve entre as palmeiras, queima as folhas mas não mata a planta e após três ou quatro anos voltam a produzir coquilhos.

As principais culturas são a mandioca, plantada em dezembro e janeiro, com as primeiras chuvas; o arroz, que aí não é inundado, plantado logo após, em janeiro e fevereiro; o milho, também cultivado em janeiro e o algodão em janeiro e fevereiro; associam a essas culturas várias outras como a fava, o feijão e o gergelim.

Em maio e junho colhem o arroz; em julho, o milho; em agosto e setembro colhem o algodão, a fava e o feijão, ficando no solo a mandioca que, conforme a variedade, as condições de solo e as possibilidades de colocação no mercado, pode ser colhida desde os seis meses até os dois anos de idade.

Se a terra é devoluta, não tem dono, toda a renda é do agricultor, mas nesta área é mais frequente aparecer o dono da terra que cobra um alqueire de arroz por cada "linha de terra". Como a produção média de arroz por "linha de terra" — um têrço de hectare — é de 8 a 9 alqueires, a renda equi-

vale a um oitavo ou um nono do que o agricultor pode produzir. Observa-se, assim, que é bem inferior à renda cobrada nos Estados mais povoados do Nordeste, onde êle chega a atingir um terço ou a metade da produção⁽¹¹⁾. Isto resulta de haver no Nordeste menos terras a serem cultivadas e mais agricultores sem terras a desejá-las, enquanto no Maranhão é maior a abundância de terras e menor a oferta de braços. Assim, no Nordeste é maior o poder de barganha do proprietário e no Maranhão maior o dos agricultores. Observa-se hoje, porém, com a elevação do preço do arroz e o crescimento do número de agricultores que desejam terras, que os proprietários procuram elevar o fôro — aluguel — começando a cobrar dois alqueires por “linha de terra”.

A produção é vendida nas cidades mais próximas aos centros a comerciantes que emprestam dinheiro aos agricultores a juros elevados. Êsses empréstimos a juros de 8 e 10% ao mês, são feitos com o compromisso da venda antecipada da produção “na fôlha”, por preço inferior ao do mercado. O agricultor é explorado duas vezes, através da taxa de usura do juro que paga e através da venda da produção por preço inferior ao do mercado por ocasião da colheita.

De grande importância para os agricultores era a extensão aos mesmos do crédito agrícola do Banco do Brasil a juros módicos. Infelizmente, porém, são os grandes proprietários que se beneficiam com o mesmo devido às facilidades que têm, vivendo nas cidades e tendo conhecimento com altos funcionários dos bancos. Fazem empréstimos a juros baixos — de 6 a 12% ao ano — e dividem estes capitais em parcelas que emprestam aos moradores a juros de 8 a 10% ao mês. Obtêm dêsse modo um lucro elevadíssimo jogando com o dinheiro do Banco do Brasil.

Em 1960, no Governo de Jânio Quadros, foram criadas unidades de crédito móvel — as chamadas *movecs* — que deveriam ir aos *centros* à procura dos pequenos agricultores a

fim de lhes fornecer diretamente o crédito. Dêles se exigia o mínimo de documentos — escritura da propriedade, se era proprietário, ou carta de anuência do proprietário, se era agricultor sem terras — sendo o empréstimo feito à base da confiança pessoal. Era medida muito justa, de vez que o dinheiro público voltaria ao povo beneficiando os que realmente trabalhavam a terra.

Teòricamente, a medida era excelente, mas não teria uma real e eficiente aplicação, pois o Banco do Brasil com a sua estrutura centenária e com funcionários habituados a um sistema de trabalho, não podia modificar-se em poucos anos. E os problemas surgiram. Os gerentes das agências do Banco do Brasil muitas vezes não tinham sensibilidade para encarar o problema do pequeno agricultor e preferiam continuar as transações com os grandes fregueses que pagavam seguramente as suas contas. Raciocinando como se fôssem banqueiros privados, não se preocupavam com as condições sociais mas apenas com os lucros. Também o crescimento vertical do número de contratos acarretaria o aumento do trabalho da agência que, quase sempre deficitária de pessoal, não tinha um corpo de funcionários capaz de atender à multiplicação do número de empréstimos. Os pequenos agricultores, ignorantes e sem experiência do trato bancário, temiam recorrer ao Banco e cair no desagrado do coronel que lhes emprestava dinheiro antes. Tudo isto e o medo de desagradar aos poderosos, o interesse em servir os influentes, o receio de uma modificação nas estruturas enraizadas e às vezes, até, um compromisso com as mesmas, fizeram com que só em uma ou outra área a extensão do crédito agrícola ao pequeno agricultor tivesse expressão. Só aos poucos é que êstes foram vendo e se compenetrando de que o crédito do Banco era vantajoso e passaram a procurar as agências para requerê-lo. Daí as cenas que presenciamos em Caxias, em outubro de 1962, ao visitarmos a cidade, quando centenas de agricultores se postavam em frente à Agência do Banco do Brasil à espera do deferimento de seus papéis e da primeira parcela do empréstimo. Êste era feito tendo por base a importância de NCr\$ 3,00 por cada “linha de terra” cultivada, sendo frequente agricultores receberem de NCr\$

(11) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — A Terra e o Homem no Nordeste, pág..... Editora Brasiliense. São Paulo, 1963.

45,00 a NCr\$ 90,00 por 15 ou 30 linhas de terra que possuissem.

Apresentavam seus títulos de propriedade ou cartas de anuência, ou ainda, no caso de cultivarem terras devolutas, garantias de pessoas da cidade de que as cultivavam, e aguardavam o deferimento. Ocorria, porém, que com a grande procura de crédito e o déficit de funcionários, os processos demoravam e os agricultores ficavam na cidade de 30 a 60 dias sem nada o que fazer, tendo despesas com hospedagem e perdendo de trabalhar nas culturas; gastavam mais do que o empréstimo pedido e os juros tornavam-se maiores do que os pagos aos agiotas. E a política creditícia organizada por Jânio Quadros perdia a sua finalidade.

Este sério problema do crédito ao pequeno agricultor requer uma solução urgente; pelos motivos expostos, o Banco do Brasil só alcança uma parcela mínima da grande massa que necessita de crédito. Uma política cooperativista em larga escala é sempre apontada como solução ideal, mas na prática tem falhado, de vez que as poucas cooperativas que têm sobrevivido no Nordeste são organizadas por grupos que se utilizam politicamente do crédito, manobrando-o em seu próprio favor, emprestando dinheiro a juros bancários comuns. As poucas exceções existentes confirmam a regra. É necessário que se desenvolva uma organização cooperativista a longo prazo com a pregação do povo para a participação na vida da comunidade e a compreensão de que só organizado pode solucionar os problemas que o afligem.

Além destes problemas ligados à estrutura do próprio Banco, há outros que também contribuem para dificultar a participação do pequeno produtor no crédito agrícola. Muitos proprietários simplesmente para manterem o agricultor na sua dependência e continuarem a emprestar dinheiro aos mesmos a juros elevados, recusam-se a fornecer as cartas de anuência impedindo-os de pleitear o empréstimo do Banco do Brasil. Alegam temer que a referida carta seja considerada um aval e que sejam responsabilizados pelo pagamento caso o agricultor não pague; além disso, aliados aos comerciantes das cida-

des, os agiotas exploram a ignorância dos agricultores, afirmando que o dinheiro do Banco do Brasil é enviado pela "Besta Fera" — nome pelo qual o demônio é conhecido entre o povo rude e ignorante do interior — e que o seu recebimento implicaria numa condenação. O que se pode observar é que de todas as maneiras o agricultor é explorado.

8 — *Os problemas agrícolas na zona pioneira.*

A agricultura na zona pioneira é bem diversa; o povoamento penetrou pela floresta destruindo-a em linhas de três a seis quilômetros de largura por mais de uma centena de comprimento, acompanhando as vias de penetração como a linha telegráfica, aberta em 1930 e a rodovia BR-22. O caboclo de setembro a dezembro faz a roçagem e a "coivara", destruindo grandes extensões de mata devido aos incêndios que promove. Para cultivarem de seis a oito "linhas de terra" queimam às vezes uma área enorme, causando tremenda devastação. O círculo de fogo que se observa à noite nos centros em torno das áreas já desmatadas, é bem o testemunho dessa afirmativa. Depois de dezembro, em janeiro e fevereiro plantam o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o fumo. A cultura do arroz ocupa uma área de 4 a 5 "linhas de terra" e são muitas as variedades cultivadas, umas de ciclo vegetativo mais rápido (3 a 4 meses), como as conhecidas pelos nomes populares de jacundá, de preto e de vermelho e outras de ciclo vegetativo mais longo (5 meses) como a come-cru ou zebu. As variedades de melhor qualidade como o agulha, vêm sendo introduzidas agora. Obtém-se nessa área, em média, 25 alqueires por "linha de terra", ou seja 75 por hectare. O alqueire maranhense corresponde a 30 quilogramas de arroz com casca.

Aí, como nas demais áreas, é ainda a falta de crédito o grande drama do agricultor. Necessitando alimentar a família, ele fica à mercê dos proprietários das usinas de arroz que são numerosos na zona pioneira e que se deslocam periodicamente acompanhando a frente. O comerciante — industrial que explora o agricultor — concede o empréstimo com juros elevados e compra o arroz na palha, no campo, muito antes da colheita. Assim, em março de 1962, ofereciam NCr\$ 0,06

por alqueire de 20 quilos de arroz. Em abril êste alqueire já valia NCr\$ 0,10 e em junho NCr\$ 0,20; o agricultor, porém, tinha de entregar o produto pelo preço acertado com o comerciante na época do empréstimo. O comerciante beneficiava o arroz nas usinas, o que não representava um grande investimento de capital e vendia o mesmo à razão de NCr\$ 4,00 o saco, tendo dêsse modo um formidável lucro às custas do agricultor.

A mandioca é plantada com as primeiras chuvas e colhida seis meses após o plantio. Nos terrenos altos, enxutos, ela suporta no campo até dois anos, mas nos baixios, se não for colhida até os oito meses, apodrece. O processo de fabricação da farinha é muito primitivo, lembrando a influência indígena; fazem sempre a farinha d'água, amarela, ao contrário da sêca, dominante no Nordeste.

Não há, como no Nordeste, as tradicionais casas de farinha, mas apenas os chamados "pebeiros", que são cercados de palha construídos dentro d'água parada, em lagoa ou barreiro, de vez que o sub-solo é rico em água, bastando cavar alguns metros para encontrá-la. Se a água estiver exposta ao sol colocam-se as raízes aí durante 3 dias, se sombreada, por 4 ou 5 dias, sendo posteriormente retiradas, descascadas e prensadas no tipiti para desprender a manipueira e postas a secar aquecidas ao forno. A falta de crédito e o contróle da comercialização pelos industriais e comerciantes agravam sèriamente a situação dêstes agricultores, contribuindo para o enriquecimento daqueles, que é proporcional ao empobrecimento dêstes.

Outros problemas que agravam muito a situação são representados pelas condições climáticas e edáficas e pelo sistema agrícola rotineiro — o da cultura itinerante. Do ponto de vista climático, acha-se o Oeste do Maranhão em área muito quente e muito úmida, onde a temperatura é elevada durante todo o ano e as chuvas abundantes se distribuem por vários meses. Desenvolve-se aí uma floresta equatorial muito densa que se auto-alimenta com as fôlhas que caem, com a matéria orgânica que elas fornecem ao solo. Derrubada a mata e realizada a queimada, perde o solo esta matéria orgânica que se

transforma no humus fertilizante e passa a contar apenas com os minerais básicos. Êstes, porém, destruída a floresta, ficam desprotegidos e são lixiviados; as águas das chuvas em zona de clima quente e a temperatura de acôrdo com o ambiente, têm um alto poder dissolvente; encontrando o solo desprotegido devido a ausência da vegetação natural, logo dissolvem os sais básicos — fósforo, potássio, cálcio, etc. — e os transportam, deixando o solo empobrecido. A infiltração é ainda favorecida pela natureza silicosa dos solos. A produção decresce em pouco tempo e o agricultor não encontra outra solução senão caminhar para frente, destruir novas porções de mata e fazer novos roçados. Vai espalhando o deserto e aumentando cada vez mais a distância dos mercados produtores, encarecendo, conseqüentemente, o produto.

O recurso da adubação poderia ser apontado como medida saneadora contra o empobrecimento do solo, mas tem que se levar em conta uma série de fatôres como o preço elevado do adubo químico, a dificuldade do desenvolvimento nessa área da pecuária bovina, uma vez que os climas quentes e úmidos apresentam uma série de restrições à pecuária, sobretudo quando extensiva o que afasta a possibilidade da obtenção do adubo orgânico; o baixo nível cultural dos agricultores e a rápida degradação dos adubos que nos climas quentes e úmidos fazem sentir os seus efeitos apenas por alguns meses, enquanto nos temperados sua ação se faz sentir por alguns anos.

Não somos deterministas, não descremos do desenvolvimento das civilizações em regiões de climas tropicais, não somos pessimistas como Pierre Gourou, a respeito do meio tropical⁽¹²⁾; mas não podemos deixar de constatar fatos e de afirmar a necessidade de se fazer a exploração da terra de acôrdo com as condições naturais a fim de que a natureza seja explorada, mas não seja degradada.

Achamos que nas regiões de clima equatorial ou sub-equatorial, não se deve destruir totalmente a floresta e deixar

(12) LES PAYS TROPICAUX. Principes d'une géographie humaine et économique, 2^{ème} édition. Presses universitaires de France, 1948.

os solos desprotegidos, à mercê da intensificação da ação dos agentes erosivos. Dever-se-ia desmatar as áreas baixas localizadas à margem dos rios para as culturas anuais. Essas áreas, embora pouco extensas, são anualmente enriquecidas pelos depósitos feitos pelos rios durante as enchentes e podem ser exploradas racionalmente, com altos rendimentos. Os trechos altos que não recebem os aluviões durante as enchentes e que são mais atingidos pela erosão ao se escoarem as águas que caem durante os períodos chuvosos, não devem ser desmatados, mas explorados racionalmente, através da coleta dos produtos aí existentes e da retirada da madeira. As árvores derrubadas poderiam ser substituídas por outras que fôsem economicamente mais produtivas e se poderia fazer uma agricultura de árvores que alimentassem e fornecessem rendimentos à população, sem destruir o patrimônio edáfico.

Já é tempo de não se ter ilusões, de não se julgar férteis os solos das áreas cobertas pelas fabulosas florestas equatoriais, mas de se compreender a realidade e procurar explorar os recursos de que se dispõe sem destruir a fonte dos mesmos. Cada área do globo tem de ser explorada de acordo com as condições aí dominantes, por métodos próprios. É sempre perigoso transportar métodos e processos que surtiram efeito em regiões temperadas para as tropicais. Temos que evoluir dos processos rotineiros da agricultura itinerante, da cultura cabocla, para as formas racionais e mais produtivas, através de processos e métodos apreendidos do conhecimento e da experiência adquiridos no contacto e no exame de uma realidade. Temos que utilizar soluções tropicais para os problemas tropicais. Assim, é necessário fixar a corrente migratória que caminha em direção ao rio Gurupi, onde ela se acha, ensinando processos agrícolas e de exploração florestal e organizar o crédito e estendê-lo aos pequenos agricultores e à comercialização da produção, a fim de livrá-los da exploração dos agiotas e de todos aqueles que sugam o suor dos que trabalham a terra.

Sociologia e Sociologias (*)

NELSON SALDANHA

1. *À cata do conceito.* Algo de verdade havia na intuição histórico-doutrinária de Comte, quando, com profundidade e largueza de vistas, embora condicionado por pesados equívocos, traçou a sua "lei dos três estados". Com efeito, se o caráter de sucessão linear e excludente que a lei atribuía às fases teológica, metafísica e científica constituía um indemonstrável exagero ou uma deformação imperdoável, era correto e até decisivo compreender que a era de predomínio do pensar puramente metafísico cederia vez a um tempo em que as exigências empiristas iam propiciar o advento de um saber cada vez mais voltado para o social e ao mesmo tempo cada vez mais atado às concreções e às positividades. Aquela intuição, que vinha numa série de outras, entre as quais as de Condorcet e Saint-Simon, correspondeu à força mesma do positivismo como criador da Sociologia, embora também à sua fraqueza (vinda de seu exagero) como apagador das verdadeiras e permanentes necessidades filosóficas do pensar humano.

O fato é que o pensamento humano, mormente o pensamento social, se tornou cada vez mais vinculado aos problemas da ciência sistemática da sociedade, fôsse qual fôsse a formulação, fôsse qual fôsse o embasamento que se desse a esta, por filiação metodológica. Desde a geração de Comte, todos vieram sendo um tanto sociólogos. Fouillée chegou a falar, em livro típico de sua hora, na "concepção sociológica do mundo", que teria emergido juntamente com o progresso científico. De certo modo, a sociologia, como tipo de explicação, ficou fun-

(*) Capítulo do livro em preparo.